

A dimensão mecanicista da prática da avaliação: Reduccionismo e Simplismo

Helena Justen de Fáveri¹

Resumo: O artigo é uma abordagem prática com reflexões teóricas em torno de uma experiência vivenciada por mim no cotidiano escolar com a finalidade de alertar que as práticas de hoje, na maioria das vezes é a reconstrução de um passado pedagógico aterrador, autoritário que qualifica o objeto e desqualifica o aluno indivíduo.

Palavras chave: avaliação, ensino, aprendizagem, emancipação

Abstract: This article is a practical approach with theoretical reflexions on facts experienced by me at school, generally speaking, the teaching practice is the reconstruction of a terrible authoritarian past, which qualifies the “object” and disqualifies the student as a human being.

Key-Words: evaluation, touch, learning, emancipation

Abordaremos, neste artigo, a dimensão mecanicista da prática da avaliação escolar. A forma como esta vem sendo conduzida, classificando e comparando os alunos entre si, apresenta um duplo caráter: o primeiro reducionista, onde faz-se o uso de instrumentos como os testes e provas, que tem contribuído muito fortemente para acentuar as desigualdades. O segundo caráter— simplismo, que se evidencia na aplicação de provas fáceis para melhor julgar-condenar, tem provocado grandes conflitos internos (no aluno e na escola) irrecuperáveis e insustentáveis. Tais conflitos se evidenciam; principalmente, se optarmos por sair dessa escola fechada, pois as formas de conduzir o processo ensino-aprendizagem impossibilitam o desenvolvimento da criatividade do aluno e limitam sua capacidade de crescimento frente a situações novas.

Este artigo é um relato de um fato do meu cotidiano escolar, intermediando algumas concepções assimiladas nesta breve trajetória. Ao intercalar a dimensão mecanicista da prática da avaliação, tenho como objetivo uma reflexão sobre o tema, valendo-me da memória como ponto de partida.

Em 1962 numa pequena cidade do Interior do meu Estado, quando freqüentava a 2ª série da então Escola primária, vivi a personagem principal de uma história de avaliação que deixou marcas muito fortes em minha vida e despertou a paixão pela temática que ora abordo. Não sei bem se gostava da escola, mas tenho presente o sonho de meu pai, que há muito não está conosco, que aliás, já no ano seguinte mudara-se para um endereço

¹ Professora da UNIDAVI — mestranda em Educação e Cultura. Convênio UDESC/UNIDAVI — Rio do Sul—SC.

desconhecido e que desejava ver seus filhos praticando três princípios básicos: Estudar, rezar e trabalhar.

Minha escola era bonita, grande, limpa, com um jardim inacessível mas sempre florido e uma horta onde cada série fazia o seu canteiro.

Tudo era normal, salvo o espaço físico da minha sala que fora adaptada para atender a demanda escolar. Um pequeno depósito de trecos e cacarecos virou sala de aula e lá nos alojamos entre as carteiras apertadas, mas rigorosamente enfileiradas. Flavia também um pequeno quadro-negro, tão pequeno que a professora mais apagava do que escrevia. A professora vivia conosco o dia a dia ensinando o que sabia. Desenvolvia o seu trabalho sem se dar conta da armadilha ideológica da avaliação escolar em que uma de suas alunas fora envolvida.

Eu, como aluna desse grupo, ia á escola porque todos iam á escola. Éramos em número de dezessete disputando o pequeno espaço.

Das aulas, não há muita lembrança. O que ficou registrado na memória e que a aprendizagem dava-se por acertos e erros. Nessa técnica o papel da professora consistia no fornecimento das conduções da aprendizagem. Hoje, compreendo que o ensino era programado e a base centrava-se na teoria ensino aprendizagem de Skinner. Nós, os alunos, éramos simplesmente executantes realizávamos obedientemente tudo o que a professora determinava.

O ingresso á escola era determinado pelo critério da obrigatoriedade. A aprendizagem, talvez, fosse acontecendo como um sonho desvinculado das necessidades. Certamente era um sonho lindo dos pais, vivido pelos filhos.

Nietzsche diz que leva muito tempo para a gente ter coragem de dizer o que sabe. (ALVES, 2000, p. 56) Realmente demora para compreendermos os processos pelos quais fomos formados ao longo da vida escolar.

Compreender é muito mais do que transmitir informações externas. Compreender significa reestruturar a situação e transformar determinado problema em termos de nossa própria estrutura interna equilibrada. (FURTH, 1974, p. 263)

O fato aponta para a análise de algumas dimensões no tratamento que é dispensado á questão da avaliação. Desconsideramos o nível de desenvolvimento do aluno e, por consequência, para facilitar o trabalho do professor, dispensamos a todos um tratamento igualitário, concernente á abordagem do conteúdo programático. D'Ambrósio refere-se a esta questão com uma clareza impar:

(...) Pretende-se enquadrar o aluno numa faixa etária, á qual estaria subordinada a sua capacidade cognitiva, e numa faixa social, á qual estaria subordinada à sua motivação. Com a falsa aceitação de uma homogeneidade cultural e cognitiva, ignoram-se as maneiras próprias que o aluno tem para explicar e lidar com fatos e fenômenos naturais e sociais. Ele é subordinado a faixas etárias e sociais. Caso não responda como deveria responder e corrigido Se persistir e pum do E, se resistir, é excluído. (1999, p. 78-79)

...

A história da minha 2ª série influenciou a minha vida. Descubro, agora, que fui tomada por um objeto manipulável, para involuntariamente oprimir o outro. Ruben Alves

diz que o alienado é uma pessoa que está fora de si, caminha num mundo que não é o seu, é de outro. E exatamente isso que a escola faz. Pensamos e executamos, mecanicamente, pela determinação do outro. Alienação, então é uma fonte de prazer, pois através dela vivo o outro.

Quando será então que, na condição de aluno, não mais deixaremos que nos usem, que nos manipulem como objetos normóticos ? Quando seremos aceitos como sujeitos com grandes potencialidades a desenvolver? Para que isso aconteça que idade devo ter e que série devo estar frequentando?

Certo dia, bateram à porta de nossa minúscula sala de aula. Era um menino da 4ª série e falou algo, sussuradamente, para a professora. Esta passou a nos fitar como quem procurava algo e o seu olhar era de inquisição. De repente, fixou seu olhar em mim e determinou:

- Helena, vá com o menino até a 4ª série!

Fiquei solta no ar. O assoalho me faltou e uma sensação de medo se apossou de mini. Meu Deus! Que angústia. Não sabia aonde íamos? O que me esperava? O que teria eu feito? A minha pequena cabeça, que já ensaiava alguma aprendizagem não encontrava razão para tal ação.

Razão, para Aristóteles é a faculdade que todo homem possui de julgar. Para Descartes, todos nós possuímos a razão, essa capacidade de bem julgar e de discernir o verdadeiro do falso. Mas eu não sabia, não podia saber, não conseguia fazer uso da minha razão.

Chegando à sala da 4ª série, que era muito grande em relação a minha, pois consistia em uma turma numerosa, todos os alunos eram do sexo masculino, enormes em relação ao meu tamanho (magricela e baixinha).

Solicitou-me a professora a resolução de duas ou três operações matemáticas no quadro-negro. Ainda sem nada entender, mecanicamente, realizei a tarefa solicitada. Efetuei corretamente os cálculos e a professora determinou que eu fosse aplaudida. Os aplausos pareciam tímidos, aos quais a professora ordenou repetição entusiástica. Ah que forte! Mas e a vergonha ? Aplausos lindos. Porém, não me recordo de ter agradecido, nem sei se era o caso, se deveria agradecer.

Só, então, parcialmente refeita do susto inicial observei que ao meu lado, de pé, chorando, estava um aluno que tremia. Pensei, ingenuamente, que fosse de frio, estávamos passando por um inverno muito rigoroso, mas qual nada, era pura humilhação, punição que resultou num julgamento inquisitor do “professor-juíz”.

Fui, estupidamente, manipulada e usada como objeto alienado. Tudo o que me acontecera fora para provar ao aluno da 4ª série toda a sua incapacidade de equacionar exercícios simples, cujos cálculos os alunos da 2ª série já efetuavam.

Vygotsky denominava essa capacidade de realizar tarefas de forma independente de nível de desenvolvimento real. Para ele, o nível de desenvolvimento real da criança caracteriza o desenvolvimento de forma retrospectiva, ou seja, refere-se às etapas já alcançadas, já conquistadas pela criança (OLIVEIRA, 1997, P. 59).

O desenvolvimento real é determinado por aquilo que a criança é capaz de fazer sozinha, porque já tem um conhecimento consolidado. Se domino a adição, como fora o caso, esse é o nível de desenvolvimento real.

Fico imaginando o efeito que este vômito intelectual produziu. Se é que nesta ação mecanicista, de mero executor de exercícios revela-se conhecimento ou intelectualidade.

Uma questão relevante neste fato mostra a relação/humilhação daquele menino, Gostaria de lhe proporcionar a leitura deste artigo para dizer que o vomitado era idêntico ao que fora engolido, na dimensão reducionista - simplista.

É inegável a função reprodutora e mutiladora da escola. A questão a que me reporto como fundamental está centrada no interior do espaço escolar, na sala de aula. Nesta sala “cela” de aula se define o tipo de relação professor-aluno, e nesta relação fica evidenciado as concepções de homem e de sociedade que estamos ainda a reproduzir. Ao reproduzirmos as relações desiguais entre professor e aluno, estamos nos referindo ao processo de aprendizagem, onde fica evidenciado o processo de avaliação autoritário

A ação da professora da 4ª série fora desenvolvida conforme os costumes e padrões arcaicos em vigor na educação da época, desvinculado de qualquer princípio pedagógico mais humano.

Hoje, na qualidade de aluna do Mestrado procurei, sem sucesso, buscar uma tendência pedagógica educacional que explicasse o fato anteriormente relatado. Porém, para surpresa minha não encontrei nenhuma resposta que avalizasse a ação da professora que, freqüentemente, realizava na sua prática pedagógica uma avaliação para comparar a quantidade de conhecimentos retido na memória dos alunos. Por isso que a prática pedagógica da professora qualifica a reprodução fiel do conhecimento e, antagonicamente, desqualificava o aluno e todo o seu contexto histórico - cultural e em consequência desqualificava o potencial criador do aluno. Assim sendo, criava um fosso muito grande entre o sujeito e o objeto de conhecimento, isto é, qualificava no seu processo do ensino — aprendizagem o objeto e desqualifica o indivíduo.

A ensinagem em minha bonita e florida escola dava-se em base a muitas coisas que, até hoje, não sabemos onde aplicar. Devemos continuar buscando respostas porque muitas mentes foram atrofiadas, mutiladas em função de uma pedagogia inexistente, criando to somente patologias ao longo da história.

E ao fazer uma análise do presente, o ontem é o hoje que carece de uma análise para apontar perspectivas para um amanhã imediato. E a análise de hoje, feita em profundidade, contém as pegadas do ontem que se manifestam nas práticas de hoje, que a compreensão de ambos, apontam para uma perspectiva nova de ensinar- aprender- avaliar enquanto avalia — ação para o amanhã.

Para finalizar uma boa lembrança: o passado sempre está no presente e poderá ser a base para a reconstrução do nosso pensar e do nosso agir. Por certo, todos nós temos histórias pessoais, historietas, fatos, “causos”. Parece-me que nos tornamos pouco compreensíveis se nos atermos restritamente às pesquisas bibliográficas; devemos, então, reportar-nos á história para entender o que somos e porque somos de uma determinada forma.

Inicia-se, aqui, uma nova fase: a busca de um entendimento, de interpretação, de profundidade, de superação da ignorância ao **Avalizar-ações** para a construção de uma **Avaliação Emancipatória**.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência: O dilema da educação.** 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

D'AMBROSIO, Ubiratam. **Educação para uma sociedade em transição.** Campinas, São Paulo: Saraiva, 1999.

FURTH, Hans G. **Piaget e o Conhecimento: fundamentos teóricos.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1974. Cap. 13.

OLIVEIRA, M.K. de. **Vygostsky aprendizado e desenvolvimento: Um processo Sócio - histórico.** São Paulo: Scipione, 1997. (Pensamento e Ação no Magistério)

REZENDE, Antônio (ORG) **Curso de filosofia: para professores e alunos do 2º grau e Graduação.** 4ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991